



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PARECER JURÍDICO**

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026-PMO - REPUBLICAÇÃO  
**REQUERENTE:** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE EM GERAL, BEM COMO MOBILIÁRIOS E ELETRÔNICOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL EMENDA Nº 202543560002, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA.

**EMENTA:** REPUBLICAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTOS E DAS MINUTAS.

**I- RELATÓRIO**

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídico tendo em vista a republicação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026-PMO, que tem como objeto a aquisição de materiais permanentes em geral, bem como mobiliários e eletrônicos, com recursos oriundos da transferência especial Emenda nº 202543560002, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Ourém/PA, em razão dos Itens nº 08 e 19 terem restados fracassados.

Constam nos autos nova Pesquisa de Preços referentes aos itens mencionados, bem como a Justificativa Técnica para a presente republicação e ainda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, dentre outros documentos.

É o breve relatório.

**II- ANÁLISE JURÍDICA**

**II.1- DA ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO**

Ressalta-se, que a análise aqui realizada se restringe a verificar, do ponto de vista jurídico formal, a regularidade para realização do processo de pregão eletrônico, previsto no art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021, bem como se é caso desta modalidade de processo administrativo, não adentrando em aspectos técnicos e econômicos, bem



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

como estarem resguardados o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo.

A espécie normativa que, atualmente, disciplina a Licitação é a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esta veio regulamentar o artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, haja vista a referida norma não ser de eficácia plena, mas sim de eficácia limitada que, em outros dizeres, significa a necessidade de lei posterior vir regulamentar seu conteúdo para que gere efeitos no mundo jurídico.

No que paira a discussão, cumpre salientar o que trata o artigo 37, XXI da CF/88, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

Percebe-se, portanto, que o dever de licitar possui viés constitucional. Esta obrigação significa não apenas aceitar o caráter compulsório da licitação em geral, mas também respeitar a modalidade já definida para a espécie de contratação a ser buscada.

Esta manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021. Vejamos:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

De acordo com o citado artigo, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Este é o entendimento proposto no Enunciado BPC nº 7, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, *in verbis*:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Deste modo, acredita-se que as especificações técnicas contidas no processo em análise tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor atender ao interesse público. O mesmo se presume em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos, até porque, como dito anteriormente, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados.

Ressalta-se que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

**II.2- A REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026**

A comissão de licitação deu início à fase interna do certame e providenciou todos os procedimentos formais, tais como pesquisa de preços, justificativa, elaboração do edital, definição do tipo e modalidade de licitação, certidão orçamentária, parecer jurídico etc., tendo o Pregão Eletrônico sido realizado em conformidade com o edital divulgado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

No entanto, os Itens nº 08 e 19 do edital foram declarados fracassados, em razão das propostas apresentadas terem sido bem acima do valor estimado/orçado pela Administração, não havendo adequação para a margem devida.

Assim, a Administração Pública pretende a republicação do Pregão Eletrônico nº 003/2026 somente para os Itens nº 08 e 19.

Perlustrando os documentos já constante dos autos, verifica-se que existe recurso orçamentário que assegure o pagamento das obrigações a serem executadas no exercício.

O edital do Pregão Eletrônico deve ser específico para seleção de propostas com o fito de materiais permanentes em geral, bem como mobiliários e eletrônicos, com recursos oriundos da transferência especial Emenda nº 202543560002, especialmente para os itens 08 e 19 do referido Pregão.

Observa-se que foram realizadas novas pesquisas de preços em relação aos itens fracassados, que difere das anteriores pelo fato das mesmas terem sido realizadas no início do ano e ter havido aumento no valor dos itens devido a inflação e, ainda, que o item nº 08 foi modificado em relação a suas características com a finalidade de se obter melhor custo-benefício para a Administração

No mais, percebe-se que o procedimento de republicação do Pregão Eletrônico nº 003/2026 se encontra dentro dos ditames legais para a realização do certame, razão pela qual opina-se pela realização de sua republicação, obedecendo-se os critérios acima estabelecidos.

**III- CONCLUSÃO**

Ante o exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, OPINO, S.M.J, pela aprovação dos procedimentos adotados e da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Ourém/PA, 28 de abril de 2026.

**RAFAEL DUQUE ESTRADA DE OLIVEIRA PERON**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**  
**OAB/PA N°19681**